

ATA N.º 02

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte horas e trinta minutos, no edifício do Clube Recreativo Vilarinhense, reuniu a Assembleia de Freguesia da Lousã e Vilarinho em sessão ordinária nos termos do disposto nos nºs 1, al. a), 2 e 3 do artigo 12.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Tomada de Posse por perda de mandato de membro da Assembleia

Ponto Dois: Informação escrita da senhora Presidente da Junta acerca da atividade da autarquia bem como da situação financeira

Ponto Três: Discussão e votação, sob proposta do executivo, das Opções do Plano, da Proposta de Orçamento do PPI para o ano económico de 2022, e do Mapa de Pessoal

Ponto Quatro: Apreciação e votação de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais

Ponto Cinco: Apreciação e votação da proposta de manutenção da tabela de taxas e preços da freguesia, sob proposta do executivo

Ponto Seis: Verificação da conformidade dos requisitos para o exercício de funções a tempo inteiro

Ponto sete: Regimento da Assembleia de Freguesia – criação de grupo de trabalho sob proposta do Presidente da Mesa

O Presidente da Assembleia, Carlos Dias, começou por saudar os presentes com votos de boas festas dando de imediato início aos trabalhos.

Registando-se a presença de público, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra, não havendo nenhuma manifestação nesse sentido.

No ponto antes da ordem de trabalho, o membro David Silva (PSD) iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Passou à leitura do extrato da ata número dezoito do mandato anterior acerca de arruamento nos Cômoros, solicitando esclarecimentos. Augusto Simões (BE) interveio para cumprimentar os presentes e ressaltou os contributos do Bloco de Esquerda para as atividades da Junta de Freguesia, destacando dois aspetos. Começou por elogiar a atuação da Junta de Freguesia nas intervenções que foram realizadas ao nível dos passeios e questionou sobre a colocação de placas de toponímia, nomeadamente na Cova da Areia, na Rua Hilda dos Santos. Paulo Magro (PSD) usou da palavra para cumprimentar os presentes e os colegas recém-

eleitos, dando as boas-vindas aos novos elementos da coligação É Hora de Mudar, afirmando que para o PSD é importante estar representado com cinco deputados. Dá continuidade à sua intervenção congratulando a Presidente, Helena Correia, pelo cumprimento do estatuto de direito de oposição. Esclarece que ao longo do mandato o PSD vai explanar as suas ideias e dúvidas na procura do melhor para a Lousã e começa por destacar duas importantes preocupações, a primeira no processo de desagregação das freguesias, e a segunda no processo de transferência de competências e face a estas preocupações entregou ao Presidente da Assembleia dois requerimentos para a realização de duas assembleias extraordinárias para o debate e informação sobre estes dois processos. Questiona também sobre a aplicação do suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade aos trabalhadores da Junta de Freguesia.

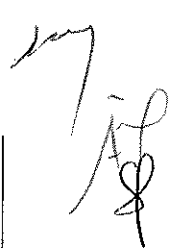
Tiago Catela (PS) pediu para intervir para cumprimentar os presentes e elucidar que é difícil criar uma previsão de orçamento face ao tempo e às oscilações de preços que temos verificado, compreende que será um desafio diário, mas informa que têm total confiança no executivo. Solicita que a Junta de Freguesia intervenha junto do Município para as questões de depósito de detritos e dejetos de animais, estacionamento abusivo por falta de marcações e má distribuição dos ecopontos na Rua Dra. Maria do Espírito Simões, e reforça a dificuldade de acesso de bombeiros e outros.

Entrando no **Ponto Um** da ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa deu posse por perda de mandato de membro da Assembleia a Luísa Maria Basílio Simões (PSD).

Ainda neste ponto, a Luísa Basílio (PSD) interveio para pedir desculpa pelo atraso e para dar indicação que, no seu entendimento e à luz da legislação, não há perda de mandato, mas verifica-se uma equivalência à renúncia de mandato, pelo que solicitou a correção da Ordem de Trabalhos.

O Presidente da Mesa, invocando o n.º 5 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, disse que se verificava, no caso, uma situação equivalente à perda de mandato, não havendo, por isso, razão para a correção da ordem de trabalhos.

O Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Junta, Helena Correia, que começou por saudar os presentes, desejando as boas-vindas à Assembleia que vai trabalhar neste novo mandato, e realçou o seu agrado face à presença do público, comunicação social e colaboradores da Junta de Freguesia. Em relação à questão sinalizada pelo elemento David Silva, a Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que,



a ser o arruamento que identificou, está prevista a sua pavimentação na empreitada da Câmara Municipal. Relativamente à exposição do deputado Augusto Simões, Helena Correia confirmou que os passeios e calçadas são extremamente importantes para o bem-estar, nomeadamente, daqueles que circulam a pé e informou que a Junta de Freguesia irá continuar a sua intervenção no sentido de melhorar estes espaços. Relativamente às placas de toponímia, informou que as mesmas ainda não foram colocadas devido ao atraso na entrega, informando que, feita a receção das mesmas, serão de imediato colocadas. A Presidente realçou que o cumprimento do estatuto de direito de oposição é uma prática saudável e democrática e afirmou que não só neste momento, mas ao longo do mandato estão disponíveis para o esclarecimento de dúvidas. Esclareceu que os dois grandes processos que se avizinham vão ser cumpridos e contarão certamente com o apoio da Câmara Municipal da Lousã e da Assembleia Municipal da Lousã e acrescenta que serão apresentados em Assembleia de Freguesia e será ouvida a população.

Esclareceu que o suplemento remuneratório que Paulo Magro invoca é do conhecimento do executivo e encontra-se a ser estudada a melhor forma de o aplicar à realidade da Junta de Freguesia.

Helena Correia reforçou as palavras de Tiago Catela sobre a falta de materiais verificada nos últimos tempos e elucida que estão a ser revistos orçamentos quer pela falta de materiais quer pela falta de mão-de-obra, afirmando que gostava de acreditar que esta situação se deve ao baixo índice de desemprego no concelho. Informou que os problemas identificados pelo Tiago Catela serão encaminhados para a Câmara Municipal da Lousã e para a APIN e aproveitou para reforçar que todas as reclamações que são recebidas pela Junta de Freguesia são devidamente reencaminhadas para as entidades competentes. Adiantou que nestes últimos dias a Junta de Freguesia já imprimiu cerca de duzentos certificados de vacinação, a pedido dos fregueses, sobretudo os mais idosos e sem acesso às tecnologias necessárias.

Helena Correia esclareceu a Luísa Basílio que a designação de “perda de mandato” presente na Ordem de Trabalhos está correta porque elemento anterior não tomou posse e não justificou, no entanto, informou que o assunto foi apreciado já pelo Presidente da Mesa.

O Presidente da Mesa, Carlos Dias, citou o regimento da Assembleia de Freguesia e informou o elemento Paulo Magro que não considera os documentos apresentados como requerimentos pelo que não podem ser apreciados e votados. Paulo Magro realçou que a entrega dos mesmos pretendeu apenas chamar atenção para a necessidade de debate dos dois processos em questão.

No **Ponto Dois** da ordem de trabalhos a Presidente, Helena Correia, referiu que o documento suporte com informação das atividades desenvolvidas pela Junta de Freguesia está bastante extenso e explicativo pelo que se coloca à disposição para responder às questões que os presentes considerarem pertinentes.

Neste ponto interveio o David Silva para solicitar esclarecimento sobre as reuniões que existiram com o Presidente da Câmara Municipal da Lousã, sobre as obras do Barreirão e sobre a paragem de autocarro.

Paulo Magro solicitou informação sobre os saldos bancários, citando os valores descritos na informação apresentada, para perceber porque é que existe uma diferença tão acentuada nos valores quando não existiram grandes obras. Pede igualmente esclarecimento sobre o Congresso da Associação Nacional de Municípios no sentido de perceber qual a opinião face aos dois processos que se avizinham.

A Presidente, Helena Correia, respondeu que informação é clara e que as reuniões que existiram foram de preparação de mandato e também para que o processo de transferência de competências possa decorrer de forma justa e com eficácia. Reafirma que a Junta de Freguesia recusou as competências nos anos anteriores porque a realidade é diferente das outras freguesias do concelho e que as reuniões serviram para operacionalizar os meios que a Câmara Municipal da Lousã irá colocar ao dispor da Junta de Freguesia. Relativamente à paragem de autocarro, Helena Correia elucidou que ali é fisicamente impossível colocar uma paragem de autocarro, no entanto a Câmara Municipal está a estudar a possibilidade de colocação noutra local. Quanto às obras da EM 555, a Presidente da Junta de Freguesia informou, ao que sabe, que os prazos estão a ser devidamente cumpridos, mas que a obra é da responsabilidade da Câmara Municipal.

A Presidente, Helena Correia, explicou que os saldos refletem o pagamento a fornecedores e também dos salários e subsídios de Natal aos colaboradores e destaca que a sua participação no Congresso da Associação Nacional de Municípios foi na

qualidade de representante dos Presidentes de Junta, eleita na Assembleia Municipal, e esclareceu que neste congresso não foi discutida a desagregação de freguesias. O fórum de discussão deste assunto será no congresso da ANAFRE e lembrou que ao longo do tempo foram apresentadas moções que apelam para a correção dos erros de agregação e para a necessidade de existência de Lei-quadro, que já existe.

No **Ponto Três** foram apresentadas as opções do plano, a proposta de orçamento, do PPI para o ano económico de 2022 e do mapa de pessoal. Neste ponto, Helena Correia, realçou que os documentos foram colocados à disposição de todos os membros e explanam o compromisso para o mandato que vai sendo atualizado de ano a ano tentando cumprir aquilo a que se propõem. Esclareceu que, com a não aprovação do Orçamento de Estado, a Junta de Freguesia teve que trabalhar com os valores de receita do ano anterior, tendo sido também opção manter o valor das transferências da Câmara Municipal da Lousã.

David Silva interveio para questionar sobre as acessibilidades à capela do Prilhão, que ficaram inacabadas e ressaltou que no plano não estão identificadas obras de construção, afirmando que é preciso construir paragens e abrigos para as pessoas e questiona sobre a possibilidade de ser contruído um passeio em Vilarinho com mais iluminação.

Paulo Magro interveio neste ponto afirmando que as opções devem ser tomadas em conjunto e, no seu entendimento, ao ser alcatroada a estrada de Vilarinho já deveriam ter sido também colocados os passeios, ressaltando que para muitas coisas conseguem-se acordos com o governo, mas o mesmo não acontece para outras. Paulo Magro mostrou a sua curiosidade ao verificar que o *site* da Câmara Municipal da Lousã tem a informação de que as transferências para as Juntas aumentaram em quarenta e oito por cento, e questiona se efetivamente o aumento foi desse valor.

Tiago Catela pediu informação sobre os lugares que se encontram em aberto no mapa de pessoal.

A Presidente, Helena Correia, referiu que os abrigos e paragens são sem dúvida necessários e que é objetivo da Junta de Freguesia uniformizar as paragens de autocarro. Relativamente à Capela do Prilhão, Helena Correia, esclareceu que a obra foi feita em duas fases e a última parte foi a lateral da capela, ficando a mesma acessível, mas será feita a verificação desta situação. Relativamente aos passeios de Vilarinho,

entre a igreja e a aldeia, a Presidente clarifica que a questão foi mais uma vez abordada na Assembleia Municipal, reforçando o pedido à Infraestruturas de Portugal feito em tempo, mas que esta entidade não considerou pertinente. Reafirma ainda que concorda em pleno que as políticas devem ser articuladas, e informa que a Câmara Municipal da Lousã está também a tentar reforçar a necessidade junto da Infraestruturas de Portugal e que, no limite, a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia tentarão criar uma forma segura para as pessoas caminharem.

A Presidente, Helena Correia, reiterou que o orçamento na parte da receita foi trabalhado com valores do ano passado e que foi mantido o valor do acordo inter-administrativo porque ainda estão a ser negociados valores, mas afirma que este será superior. Informa que as quatro Juntas de Freguesia têm trabalhado em conjunto com o Município porque assim torna -se mais fácil assumir compromissos com os fregueses. No mapa de pessoal, Helena Correia, explicou que estão em aberto dois lugares devido a aposentação de dois funcionários, mas que é intenção da Junta de Freguesia abrir concurso para o preenchimento do quadro, o que ainda não foi feito tendo em conta que há opções que devem ser tidas em conta pelo processo de desagregação.

Ainda neste ponto, David Silva interveio para informar que na Póvoa da Lousã a instalação de saneamento não funciona. A presidente, Helena Correia, informou que a situação já está a ser estudada.

O Presidente da Assembleia colocou as opções do plano, da proposta de orçamento, PPI para o ano económico 2022 e mapa de pessoal à votação, tendo o documento sido aprovado com seis abstenções (PSD e BE) e sete votos a favor (PS).

Paulo Magro solicitou declaração de voto oral para esclarecer que a abstenção do PSD se deve à incerteza do próximo ano.

No **Ponto Quatro** O Presidente da Mesa, Carlos Dias, procedeu à leitura da proposta que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.

No **Ponto Cinco** foi lida pelo Presidente, Carlos Dias, a proposta para a manutenção dos valores constantes das tabelas das taxas e dos preços em vigor no ano de 2021.

Este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado com cinco abstenções (PSD) e oito votos a favor (PS e BE).

No **Ponto Seis**, o Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Junta, Helena Correia que explicou que esta informação decorre da lei e que a remuneração é garantida pelo Orçamento de Estado.

Paulo Magro, começou por explicar que este normativo está correto e que a Presidente Helena Correia reúne todos os requisitos, sendo totalmente legítimo, no entanto, pediu esclarecimento sobre o exercício de funções a meio tempo da secretária Susana Marçal invocando que na ata do executivo têm informação sobre a deliberação e que compete à Assembleia a análise de condições do exercício de funções.

Helena Correia esclareceu que o objetivo era efetivamente que a secretária Susana Marçal exercesse funções a meio tempo, todavia, o que por ora não se irá concretizar, pelo que não foi colocada à apreciação pela Assembleia, sem prejuízo de o ser em momento que tal se concretize, uma vez que existe previsão legal para o mesmo.

Ainda neste ponto, Luísa Basílio usou da palavra para reforçar a estranheza que identificou ao não constar na ordem de trabalhos verificação do meio tempo da secretária da Junta Susana Marçal, mas esclareceu que foi um lapso que acaba de ser retificado.

No **Ponto Sete** O Presidente, Carlos Dias, apresentou a proposta da Mesa para constituição de grupo de trabalho para apreciação do Regimento em vigor. Considerou que o Regimento é um documento essencial que está bem elaborado pela Assembleia anterior, mas considera que existem pontos que podem ser melhorados e que por isso propõe à Assembleia a constituição de um grupo de trabalho.

Paulo Magro informou que para o grupo de trabalho indica Luísa Basílio.

O Presidente da Mesa, Carlos Dias, identificou que o grupo de trabalho será composto por Augusto Simões (BE) Tiago Catela (PS) Luísa Basílio (PSD) e pela Mesa de Assembleia.

O Presidente da Assembleia propôs a aprovação da ata em minuta no que diz respeito as deliberações, sendo para o efeito pedida a atribuição de um voto de confiança à Mesa.

Antes da votação, Luísa Basílio pediu esclarecimento sobre o voto de confiança para a redação da ata porque no seu entendimento a ata não pode ser aprovada duas vezes.

O Presidente Carlos Dias esclareceu e reforçou a necessidade de aprovação da ata em a minuta para agilizar os processos face aos assuntos urgentes, ao abrigo do disposto no artigo 34.º, n.º 4 do Código do Procedimento Administrativo. A presidente da Junta,

Helena Correia reforçou que a aprovação em minuta será necessária apenas para as deliberações mais prementes e que a redação integral da ata será aprovada na próxima Assembleia.

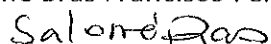
Colocado à votação a proposta foi aprovada com a abstenção de Luísa Basílio que apresentou declaração de voto oral, esclarecendo que a sua abstenção resulta do não esclarecimento da urgência na aprovação da minuta.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia às vinte e duas horas e quarenta minutos. Foi elaborada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.



Carlos Alberto dos Santos Ferreira Dias

Ana Salomé Brás Francisco Ferreira Dias



Ângela Miguel

